

ATA DA 1º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE BRAGANÇA PAULISTA – COMDEMA – BIÊNIO 2021/2023 – 06 DE AGOSTO DE 2021 – ON LINE GOOGLE MEET

Aos seis dias do mês de Agosto de 2021, com início às **09h15**, realizou-se on-line no aplicativo Google meet, num trabalho home Office devido à pandemia do COVID 19 que o mundo está passando, a 1º Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA – biênio 2021/2023, conduzida pelo Professor Joaquim Gilberto de Oliveira, Presidente, com a presença dos Conselheiros: Rafael A. Valentim da Cruz, Juliana Alves, Higara Andressa, Fabio Brunholi, Michele Consolmagno, Selma Basani, Junior Cavalho, Cleber Caner, Jean Cruz, Beatriz Helena Maia, Felipe Del Lama, Adriana Bertolini, Teka Franca, Davison Franco de Oliveira, Fabiana Furukawa, Dilnei Giseli Lorenzi, Salvador Markowicz, Carolina Marques Suppioni Bertelli Ferreira, Tereza Monteiro Otondo, Carolina Mourão, Elenice Mouro Varanda, Ana Nascimento, Mauricio Orlandini Richieri, Frederico Pereira de Lima, Osvaldo Junior Rubio, Carlos Alberto Rezende, Fabiano Sperendio, Daniela Toledo, Nádia Zacharczuk e Demais Participantes: Eduardo Silva, Lucia Paternost, Abrindo os trabalhos o Senhor Presidente deu boas vindas a todos e todas e atestando o quórum legal para deliberações abriu a reunião informando a todos que a reunião estava sendo gravada e pedindo que os presentes que colocassem o nome e a entidade que representam no chat, para registro da presença de todos e que a chamada para registro em ata estava sendo feita. Informou que a reunião extraordinária foi uma solicitação da Prefeitura Municipal na pessoa da Secretária Municipal do Meio Ambiente, Nádia Zacharczuk, para tratar do assunto referente ao programa chamado Município Verde e Azul. Os membros do Poder Executivo Municipal estão finalizando uma série de ações e documentações do programa do governo do Estado de São Paulo, chamado Município Verde e Azul, que tem como objetivo fazer uma avaliação da gestão ambiental de todos os municípios do Estado. Após a avaliação é feito uma pontuação e um rakeamento desses municípios. Nos últimos anos, Bragança Paulista esteve entre os cinco primeiros colocados o que leva o nome de Bragança Paulista na área ambiental nas maiores esferas do estado, também abre a possibilidade de linhas de financiamento do governo do estado para projetos ambientais. Com base nesse programa, o Conselho é uma das diretrizes que tem que ser atendida. Fazendo uso da palavra, a Conselheira Carolino Mourão parabenizou a todos por ter o

Conselho já em quatro anos consecutivos recebido nota 10 (dez) no Município Verde Azul e que o Comdema tem sido destaque em todo estado, não somente pela organização, mas principalmente pelas pró-atividades. É um dos Conselhos mais participativos da região e que vem empenhando em ações efetivas na gestão ambiental. O Senhor presidente solicitou a dispensa de todas as atas que foram enviadas previamente aos Conselheiros. Abrindo a palavra aos Conselheiros para possíveis sugestões de alterações das atas, a Conselheira Beatriz Helena de Andrade Maia sobre a Ata do dia 20 de abril, disse estar faltando um complemento quando se refere ao Parque Petronilha e sobre a Ata do dia 17 de junho quando se fala no valor de R\$ 199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais) destinados a reforma do Jardim Público para os prédios da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, gostaria de deixar registrado o que disse no dia que foi: “Nós do Bragança Mais e do Coletivo Sócio Ambiental, não concordamos e nem apoiamos essa verba do Fundo do Meio Ambiente destinada a reforma e ao mobiliário da Secretaria do Meio Ambiente. Em reunião anterior, em 2019, foi aprovado por outros Conselheiros essa verba com a confiança de que a Secretaria do Meio Ambiente ia trazer o projeto completo da reforma e nunca nos foi apresentado. Mesmo que esse projeto fosse encaminhado, nós ainda não concordaríamos porque o dinheiro do Fundo do Meio Ambiente, a nosso entender, do nosso grupo, não cabe para estes destinos”. Pelo senhor presidente foi deferida a inclusão do texto solicitado pela Conselheira Beatriz Helena de Andrade Maia na ata do dia 17 de junho. Nádia Zacharczuk esclareceu a Conselheira Bia Maia, que não foi utilizada a verba para reforma que está ocorrendo e a secretaria tomou a decisão de não utilizar para compra de móveis, que é assunto que já está vencido e não será utilizada. O presidente, para atualizar os Conselheiros que chegaram depois da discussão, esclareceu que os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente são oriundos de diversas fontes, depositados em uma conta bancária específica e a utilização desses recursos é exclusivamente destinadas a projetos e ações, na área de Meio Ambiente. Que, a gestora desses recursos é a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e o último órgão de aprovação, quem delibera a aprovação final do uso desses recursos é o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Bragança Paulista. A prefeitura um plano de aplicação desses recursos e dentro desse plano existia um valor de R\$199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais), que seria destinado à reforma da casa que existe dentro do Jardim Público, onde é a sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Foi aprovada em uma votação muito apertada. Esses recursos não foram utilizados porque a prefeitura conseguiu uma licitação da reforma. A prefeitura ventilou a possibilidade de utilizar a

verba para compra de mobiliários, houve uma resistência muito grande por parte de diversas entidades e hoje a prefeitura está informando oficialmente que não fará uso desses recursos para compra de mobiliários para Secretaria do Meio Ambiente. Esse recurso deve voltar para o Fundo Municipal e deve fazer parte de nova proposta de um novo plano de aplicação. O senhor presidente acatou a sugestão da Bia Maia de encaminhar aos Conselheiros uma cópia da legislação que trata da utilização dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente. A Conselheira Elenice Mouro Varanda disse que as atas passaram por momentos diferentes. Umam muito curtas e outras muito longas e espera que agora as novas secretárias consigam meio termo. Disse ser muito importante que todas as manifestações e argumentos das discussões constem das atas, bem como o nome completo das pessoas. Citou que na ata de 29 de julho, eleição do Conselho, não foi colocado as manifestações de apoio ao professor Joaquim Gilberto de Oliveira como presidente. Que, na ata de 17 de junho deveria constar um pouco dos argumentos usados para chegar às duas propostas apresentadas. Na ata da Assembleia de Eleição deveriam constar os nomes das Associações. Em continuidade aos trabalhos o presidente agradeceu a presença do Dr. Cleber, advogado comissionado, contratado pela Prefeitura Municipal de Bragança Paulista para dar assessoria jurídico/administrativo ao Conselho. Que, a Carolina Mourão, Carolina Supioni e Dr. Cleber farão a leitura e correção de todos os documentos baseados nas sugestões que foram acatadas por essa Plenária. Com a permissão da Plenária o Presidente colocou em votação em bloco das atas das reuniões ordinárias do Conselho dos dias, 29 de abril de 2021, 27 de maio de 2021, 17 de junho de 2021 e 29 de junho de 2021, que foram aprovadas com uma abstenção da Conselheira Juliana Alves. Próximo item da pauta é Análise do pedido de aditamento de recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, solicitado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Educação. As professoras Carolina Suppioni e Paula falaram sobre os documentos já encaminhados com os projetos e materiais que pretendem adquirir para colocar alguns dos projetos em ação ou materiais para melhorar os projetos já em andamento. Agradeceram os e-mails enviados com algumas questões, as quais foram elaboradas e colocadas no novo documento enviado ao Conselho. Em seguida fizeram uma explanação sobre a proposta do Centro de Educação Ambiental dizendo que são vários projetos esboçados segundo diagnóstico feito sobre problemáticas ambientais do município e para que esses projetos sejam colocados em prática, há necessidade do recurso financeiro no valor aproximado de R\$ 67.178,86 (Sessenta e sete mil, cento e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos). Em seguida, foi feita uma explanação sobre

os 9 (nove) projetos apresentados, com valores aproximados de cada um. Projeto 1 – Hortas escolares e comunitárias cultivando saberes R\$9.239,86, Projeto 2 – Comunicação Socioambiental R\$ 28.500,00, Projeto 3 – Guarda Ambiental Mirim R\$ 5.630,00, Projeto 4- Oficina de Papel R\$ 3.009,00, Projeto 5 – Blitz Ambiental R\$ 5.400,00, Projeto 6 – Salva-guarda dos Animais R\$ 5.000,00, Projeto 7- Município Sustentável R\$ 9.500,00, Projeto 8- Concurso Rio Jaguari R\$ 520,00, Projeto 9 – Concurso Fotográfico R\$ 380,00. Informaram que alguns projetos já estão em andamento e seriam complementados e melhorados com o aporte financeiro solicitado. Pelo presidente foi dito que a pedido das proponentes a votação seria feita em bloco. O Conselheiro Michele Consolmano disse não concordar com a forma de recebimento do recurso, não pode tirar de um bolso e colocar em outro. Que, quem vai prestar contas? Pelo Presidente foi esclarecido que o bolso é o mesmo. Que, o Fundo Municipal do Meio Ambiente é composto por recursos públicos Que a gestora dos recursos é a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e que a prestação de contas é feita pelo tomador dos recursos. A Conselheira Fabiane Furukawa e Marcus Valle disseram que concordam com o projeto e que fiscalizariam a execução e prestação de contas. A Conselheira Ana Nascimento disse que concorda com a aprovação dos recursos, que são necessários, embora não concorde com os projetos referentes a Blitz e bituqueira. A Conselheira Beatriz Helena de Andrade Maia não concordou com a aprovação em bloco, e com o Projeto Blitz Ambiental cujo valor deveria ser destinado a Guarda Mirim Municipal. Que, o Projeto Município Sustentável deveria se chamar Prédio Sustentável. Também se colocou contra as bituqueiras. Que o valor destinado as Hortas é muito pouco. Que, em vez de 10 vídeos, deveria ser feito 05 e esperar o resultado e que o valor para esse projeto é muito alto. Que, não se sentia confortável porque nos projetos não foi colocado quem vai coordenar cada item e de quem virão os resultados. Que, cada item deve ter uma secretaria responsável e gostaria que o voto fosse item a item porque se for em bloco não sabe o que fazer. Conselheiro Professo Dilnei Giseli Lorenzi disse que a proposta apresentada era muito interessante e opinou pela aprovação em sua totalidade. Carolina Suppioni esclareceu que o período de quatro anos colocado no projeto foi por conta de todo trâmite burocrático na utilização dos recursos. Conselheiro Osvaldo Junior Rubio ponderou sobre quem vai fazer a manutenção das hortas. Quanto ao projeto Oficina de Papel, o Conselheiro indagou se existe estrutura para seu funcionamento e ainda, considerou o valor atribuído ao Projeto Concurso Fotográfico muito baixo. Finalizando, se colocou a favor dos projetos e do voto em bloco. A Conselheira Beatriz Helena de Andrade Maia propôs fazer ressalvas dentro dos valores para que fossem feitos

cinco vídeos e o valor restante distribuído para outros itens e no ano que vem seria liberado para vídeos atuais. Perguntou se a Sala Verde será responsável por todos os projetos. Pelo senhor Presidente foi dito que a Sala Verde Pindorama é a proponente e legalmente responsável pela gestão dos recursos. O Conselheiro Fabiano A. Sperendio se declarou a favor do projeto e aprovação integral do projeto, sem fracionamento. A Conselheira Elenice Mouro Varanda disse que os projetos de Educação Ambiental são mais complexos do que o resumo apresentado e que às vezes faltam elementos para analisar e opinou pela votação por itens. Que o projeto da Blitz e Oficina de Papel não vão funcionar. Que o programa Guarda Ambiental Mirim deveria se chamar Defensores do Ambiente para fazer um trabalho dentro das escolas ou nas comunidades. Que, não concorda com a duração dos projetos passe de 2023. Que os projetos Comunicação Socioambiental e Concurso Fotográfico fossem feitos em um só projeto. Não havendo mais inscrições o senhor Presidente encerrou o período de inscrições. Em consulta a equipe de proponentes foi dito que não existia a possibilidade da votação por partes e nem de desmembramento da proposta. A proposta é aprovar ou não aprovar a proposta e aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente. Colocado em votação a proposta de aporte financeiro apresentado pela Sala Verde Pindorama e após encerrada a votação, foram 15 votos pela aprovação e 04 abstenções. Aprovado o aditamento dos recursos para utilização em projeto de educação ambiental do Fundo Municipal do Meio Ambiente. A Conselheira Carolina Mourão apresentou a Resolução nº 05 de 06 de agosto de 2021, que estabelece critérios objetivos a fim de dar parâmetros durante as fiscalizações ambientais e análise de recursos quanto aonexo causal pela omissão em ocorrências de incêndio e queimadas de autorias desconhecidas. Após ouvidas as manifestações dos Conselheiros, a Resolução 05, teve as seguintes alterações: o Art. 2º, I - manutenção de limpeza de terreno na área urbana, nos casos permitidos e adoção de medidas de cercamento, desde que notificados pela prefeitura municipal dentro do ano da ocorrência da infração ou comprovação através de foto aérea da falta de limpeza. Art. 2º, II - manutenção adequada de aceiros lindeiros às Unidades de conservação, áreas de preservação permanente, reservas legais, fragmentos florestais, estradas, rodovias ou propriedades próximas à aglomeração urbana. Art. 2º, IV- suprimida a palavra **etc**. No Art. 3º, foi incluído o inciso IX – comprovação de participação ou omissão de terceiros que concorram de forma determinante para a queimada. Encerrada as discussões, o senhor Presidente colocou em votação a Resolução nº 05 e comunicou que as alterações insignificantes que não altera o conteúdo formal da norma, serão feitas e antes da

publicação encaminhadas para apreciação dos Conselheiros. Encerrada a votação, a Resolução 05 de 06 de agosto de 2021, foi aprovada por unanimidade. Devido ao adiantado da hora, a resolução e manutenção da frota do município ficou para pauta da próxima reunião ordinária do Conselho a ser realizada no dia 26 de agosto. Quanto à mudança de horário solicitada pelo Conselheiro Prof. Rafael, o tema será discutido remotamente e na próxima reunião do dia 26 de agosto, será discutida as datas das futuras reuniões, e Lago do Orfeu. Agradecendo a presença de todos, o senhor Presidente encerrou a reunião às 12h00.



JOAQUIM GILBERTO DE OLIVEIRA

Presidente do COMDEMA



CAROLINA MASTROROSA MOURÃO

Secretária do COMDEMA